



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Provisão para contingências: a.1) De natureza trabalhista - A Instituição é pólo passivo em processos judiciais de natureza trabalhista, tanto na condição de solidária como de co-reclamada. A Administração constitui provisão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. a.2) De natureza cível - Tratam-se de ações revisionais e por danos morais promovidas por clientes. A Administração constitui provisão, considerando as tendências de julgamento das ações para os valores em discussão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. a.3) De natureza tributária - Composto por demandas de: I) CPMF - A Instituição está contestando os autos de infração da Secretaria da Receita Federal, quanto ao não recolhimento de CPMF. O processo administrativo referente aos anos de 1998 e 1999 ainda se encontram pendente de exame de mérito pela DRJ. A ação ordinária declaratória de inexistência de relação jurídica tributária teve a sentença pela improcedência, contrária aos interesses da Portocred, mas a ação ordinária anulatória dos lançamentos de CPMF teve a sentença de procedência, anulando os lançamentos realizados através dos Autos de Lançamentos n.ºs 11080.010447/2007-45 e 11080.009894/2007-51, que pretenderam constituir a CPMF relativa aos períodos de 2002 a 2004. A assessoria jurídica ingressou com apelação visando que seja reformada no TRF a demanda da ação declaratória, e permaneceu com a avaliação de que existem bons argumentos de defesa e a possibilidade de perda é remota. Contudo, a Administração conforme acordado com o BACEN mantém provisão contábil para atender as eventuais perdas, em 30 de junho de 2014 R\$ 8.752 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 8.383 mil) bem como para estes processos existem depósitos judiciais. II) PIS/COFINS - Contempla os valores de PIS R\$ 1.234 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 1.133 mil) e COFINS R\$ 7.597 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 6.974 mil) referente a discussão judicial quanto a inclusão da Receita Financeira na base de cálculo, para os respectivos valores foi efetuado depósito judicial; e III) OUTROS – Para cobrir perdas potenciais com outros tributos.

c) Movimentação de passivos contingentes

	2014		2013			
	Traba- Outras	Ihistas	Cíveis	Outras	Traba- Ihistas	Cíveis
Saldo inicial.....	18.087	1.859	990	16.847	1.846	362
Constituição (reversão) da provisão.....	(5)	(150)	(220)	143	208	281
Saldo final.....	18.082	1.709	770	16.990	2.054	643

c.1) De Perdas Prováveis – Em 30 de junho de 2014 a Instituição possui provisionado no montante de R\$ 20.561 (R\$ 19.687 em 30 de junho de 2013) referente as ações classificadas como perdas prováveis. d) Existem ainda contingências que de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perdas possível, no montante de R\$ 7.549 (R\$ 4.177 em 30 de junho de 2013). De acordo com as praticas contábeis não foi registrada provisão para contingência.

15. Patrimônio líquido: a) Capital Social – Em 30 de junho de 2014, o capital social: é de R\$19.697 (capital social de R\$ 19.697 sendo a integralizar 1.666 em 30 de junho de 2013) representado por 5.890.293.526 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 5.887.293.527 ações ordinárias e 2.999.999 ações preferenciais nominativas. b) Dividendos – Conforme determinado no estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme disposto na legislação societária. Em 24 de abril de 2014 foram distribuídos dividendos com base no resultado, conforme Assembléia Geral Ordinária – AGO. c) Ajuste de valor patrimonial – Refere-se ao efeito sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. No primeiro semestre de 2014 foram realizadas vendas definitivas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM, assim as perdas não realizadas registradas na conta de patrimônio líquido foram transferidas para o resultado.

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>16. Imposto de renda e contribuição social</b>				
<b>Conciliação</b>				
Resultado antes dos impostos e após as participações estatutárias	4.415	4.415	1.976	1.976
<b>Adições e exclusões</b>				
Provisões para crédito liquidação duvidosa.....	(857)	(857)	(2.667)	(2.667)
Lucros e perdas.....	(634)	(634)	-	-
Provisões para contingências.....	405	405	106	106
Provisões para outros créditos....	(2.288)	(2.288)	-	-
Outros.....	(1.028)	(1.028)	418	418
Lucro real (Prejuízo fiscal).....	13	13	(167)	(167)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas.....	(4)	(4)	-	-
Base de calculo.....	9	9	-	-
Alíquota nominal.....	25,00%	15,00%	-	-
	1	1	-	-

	2014	2013
<b>17. Despesa de pessoal</b>		
Salário.....	(4.151)	(2.499)
Encargos sociais.....	(1.261)	(610)
Outros.....	(679)	(489)
Total.....	(6.091)	(3.598)

	2014	2013
<b>18. Outras despesas administrativas</b>		
Serviços de terceiros.....	(13.294)	(10.297)
Serviços técnicos especializados.....	(1.328)	(1.431)
Despesas administrativas.....	(4.651)	(3.553)
Propaganda e publicidade.....	(451)	(186)
Depreciação e amortização.....	(371)	(277)
	(20.095)	(15.744)

	2014	2013
<b>19. Outras receitas (despesas) operacionais</b>		
Outras receitas operacionais		
Atualização de depósitos judiciais.....	691	482
Recuperação de despesas.....	15	9
Provisão para outros créditos.....	98	363
Reversão da provisão para contingência.....	708	248
Reversão da provisão comissões a pagar....	-	778
Outros.....	308	322
	1.820	2.202

	2014	2013
<b>Outras (despesas) operacionais</b>		
Descontos concedidos sobre operações de crédito.....	(245)	(360)
Provisão para contingência.....	(333)	(880)
Provisão para comissões a pagar.....	-	(237)
Provisão para outros créditos.....	(117)	(110)
Despesas com serviços.....	(876)	(1.009)
Provisão para bônus e participações.....	(182)	-
Outros.....	(453)	(1.025)
	(2.206)	(3.621)
	(386)	(1.419)

20. Saldos e transações com partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução Bacen n.º 3.750 de 30/06/2009, e do pronunciamento CPC 05. Estas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médios usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

	2014	2013
a) Os principais saldos mantidos com partes relacionadas são:		
Recursos de aceites cambiais.....	865	888
Diretores.....	101	16
Acionistas.....	764	872
Dívidas subordinadas Elegíveis – não controladores.....	5.809	4.748
Acionistas.....	5.809	4.748

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Benefícios de curto prazo a administradores e empregados elegíveis da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é apresentada conforme abaixo:

	2014	2013
Proventos.....	1.567	573
Contribuições INSS/FGTS.....	420	8
Total.....	1.987	581

A Portocred S/A não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2014 e 2013 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

22. Limite operacional (Acordo da Basileia): As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Bacen. O Banco Central do Brasil - Bacen, através da Resolução nº 4.193/2013, dispõe sobre os requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR). Para a apuração do Capital de Nível I e de Capital Principal foram editadas as Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, ambas com vigência a partir de 1º de Outubro de 2013. Estas resoluções estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), as mesmas determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do Patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. Com base nas legislações vigentes a época de cada demonstrativo dos limites operacionais demonstraremos os mesmos abaixo, de forma individualizada: Resolução nº 3.490/2007 e resoluções complementares:

	JUN 2013
Risco de Crédito (PEPR).....	9.535
Risco Operacional (POPR).....	6.923
Patrimônio de Referência Exigido.....	16.458
Risco de Mercado (RBAN (+) Pjur1).....	912
Patrimônio de Referência – PR.....	19.404
Excesso de patrimônio em relação ao exigido.....	2.034
<b>Índice de Basileia</b> .....	<b>12,97%</b>

	JUN 2014
Resolução nº 4.193/2013 e resoluções complementares:	
Patrimônio de referência Nível I.....	24.509
Capital principal.....	24.509
Patrimônio de referência Nível II.....	5.839
<b>Patrimônio de referência</b> .....	<b>30.348</b>
Patrimônio de referência exigido.....	22.253
Parcela de risco de crédito.....	13.269
Parcela de risco operacional.....	8.984
<b>Índice de Basileia</b> .....	<b>15,00%</b>
<b>Índice de Imobilização</b> .....	<b>17,46%</b>

23. Estrutura de gerenciamento de risco: A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, de liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Instituição. A instituição implementou alguns comitês para garantir essa política de gestão de riscos. O comitê de riscos, constituído de diretores e profissionais de gestão de riscos, se reúne mensalmente com o objetivo de analisar políticas relacionadas a riscos mercadológicos, operacionais e de crédito, entre outros.

**Risco Operacional:** A gestão de risco operacional está na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que possibilitam o formato de coleta e tratamento das perdas operacionais, atendendo as melhores práticas de gestão do risco operacional. Os projetos referentes estão atrelados as melhores práticas de mercado, bem como a criação de nova área específica para a gestão de risco operacional e software adquirido pela Instituição. Este novo software, denominado como Sistema Integral de Gestão de Risco Operacional, tem a vantagem de integrar todas as informações de Risco Operacional e suas perdas em uma única base de dados, gerando informações sólidas e pertinentes ao assunto.

**Risco de Mercado:** Risco de mercado está relacionado aos prejuízos decorrentes de mudanças em fatores de risco - taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Portocred, realiza a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas que o mercado oferece (em todos os níveis organizacionais). Estas ferramentas levam em consideração, entre outros fatores, a diversificação de riscos e limites de exposição.

**Risco de Crédito:** A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito da Portocred, é efetuada com base na segmentação de clientes e carteiras, buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites. Desta forma, garante um alto grau de eficiência às políticas em vigor. Para atingir o objetivo de total isenção e segregação de funções, o controle de riscos de Crédito é realizado de maneira independente das funções que originam e aprovam as exposições.

**Instrumentos financeiros:** A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A estrutura do risco operacional é de acesso público e encontra-se divulgada no site da Instituição, na Internet.

<b>LEONARDO CHERMAN</b>
Diretor Presidente - CPF 016.730.867-05

<b>TOMAZ FERNANDO SILVEIRA HINRICHSEN</b>
Diretor - CPF 482.270.990-68

<b>ROSICLER FATORI SILVEIRA</b>
Contadora - CRC RS 51.180

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

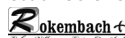
pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Porto Alegre 25 de Julho de 2014.  
Marcelo de Vargas Gais  
Sócio - CO CRC-RS 51.308

 Rokembach + LaHM

Rokembach + LaHM, Villanova, Gais & Cia Auditores CRC- RS 3.663

Aos Administradores e Acionistas da

PORTOCRED S/A  
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Examinamos as demonstrações contábeis da **Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e